

## A IMPORTÂNCIA DA SOCIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marleide Quaresma da Silva Santana<sup>1</sup>

Umerlândia Fernandes Vieira<sup>2</sup>

Maria Pricila Miranda dos Santos<sup>3</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa buscou desenvolver um estudo do processo da socialização dos indivíduos com necessidades especiais incluindo que essas pessoas tem o papel importante a desempenhar na sociedade minimizando a discriminação e transformando em seres sociais. A socialização tem o papel de interagir, transformar os indivíduos na sociedade com bons hábitos sociais, uma aprendizagem da vida e coletivamente; um fato importante é que ela tem um sentido mais extenso nas ciências humanas seja qual for a disciplina ( psicológica, sicológica, antropologia...) não se pode ignorar as primeiras civilizações da criança no centro da família e seu papel constitutivo das personalidades individuais ou seja, a família é a base educação e formação. A inclusão das crianças com deficiência ou não deve iniciar na família, posteriormente no ambito escolar, que por sua vez oferecerá subsídio para a socialização e inclusão desta na sociedade.

**Palavras-Chaves:** Socialização. Educação. Inclusão Escolar.

**ABSTRACT:** This research sought to develop a study of the process of socialization of individs with special needs including that these people have the important role to play in society minimizing discrimination and transforming them into social beings. Socialization has the role of interacting, transforming individuals in society with good social habits, a learning of life and collectively; An important fact is that it has a more extensive meaning in the human sciences whatever the discipline (psychological, siciary, anthropology ...) one cannot ignore the first civilizations of the child at the center of the family and its constitutive role of individual personalities that is, the family is the basis of education and formation. The inclusion of children with disabilities or not should start in the family, later in the school environment, which in turn will offer subsidy for the socialization and inclusion of this in society. 2318

**Keywords:** Socialization. Education. School Inclusion.

### 1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre o papel da socialização na educação inclusiva dos indivíduos com necessidades especiais, e assegurar que as diferenças sociais, culturais e individuais não se tornem em desigualdades educacionais, mas numa sociedade com bons hábitos sociais da vida em comunidade.

---

<sup>1</sup>Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University.

<sup>2</sup>Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University

<sup>3</sup>Doutora em Geografia pela UFPE. Professora da Pós-Graduação (Mestardo e Doutorado) em Ciência da Educação pela Veni Creator Christian University.

A socialização é o processo através do qual o indivíduo se integra no grupo em que nasce adquirindo os seus hábitos e valores característicos. O processo de socialização inicia –se após o nascimento e prolonga – se ao longo da vida, e através, principalmente da família, ou outros agentes próximos, da escola, dos meios de comunicação, atores, atletas, etc; seu papel fundamental é tornar o indivíduo um ser socialista, pensante atuante cumprindo as regras de conduta sobre o comportamento de forma a harmonizar os padrões do convívio social.

As pessoas que apresentam necessidades especiais (portadores de deficiência mental, auditiva, visual, física, deficiência múltipla, e portadores de outras habilidades), possuem uma grande experiência de inclusão social que atualmente vem ganhando espaço na sociedade em diversas áreas), e principalmente no campo das políticas sociais.

Segundo o Art.205 da Constituição Federal, “é um direito de todos e dever do Estado e da família; será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Já no Art.206, diz que: “o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.”

A escola inclusiva é aquela que abre espaço para todas as crianças abrangendo aquelas com necessidades especiais, ajuda o ciclo da exclusão permite a permanência delas nas suas comunidades, melhora a qualidade do ensino para todos, supera a discriminação e promove uma inclusão mais ampla com acesso, permanência e qualidade, etc. O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todos sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fizer necessário.

O atendimento educacional especializado é uma forma de garantir que seja reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência, altas habilidades ou superdotados em uma Sala de Recursos Multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado (AEE), trabalhando com alunos em turno inverso ao ensino regular que estão matriculados orientando aos pais e professores, um espaço organizado com materiais didáticos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. Uma mesma sala de recursos, conforme o cronograma e horário, pode atender com deficiência, altas habilidades, superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais.

A Declaração de Salamanca, 1994, afirma que todas as crianças têm necessidades e aprendizagem únicas, tem direito a ir à escola de sua comunidade, com acesso ao Ensino Regular, e os Sistemas Educacionais devem implementar programas, considerando a diversidade humana e desenvolvendo uma pedagogia voltada para a criança.

Escolas Regulares com orientação inclusiva constituem ou meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. (UNESCO,1994).

Escola Inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando - a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementariedades das características de cada um permitem avançar em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro parceiro social. (CÉSAR,2003,p.119).

Muitos professores relatam a respeito de inclusão, suas angústias, dúvidas e incertezas. Esta inquietação é o primeiro passo para buscar a mudança, revisar suas metodologias e repensar o objetivo maior da educação. Sabendo que não é fácil abrir mão de antigos conceitos, mas precisamos romper essas barreiras, pois já sabemos dos benefícios da Escola Inclusiva, não apenas para aquele que possui necessidades educacionais especiais, mas para todos que crescem com a diversidade e certamente serão pessoas melhores no futuro.

2320

A inclusão deve ser percebida como uma responsabilidade coletiva da comunidade escolar. Nessa perspectiva, todos são responsáveis pelo êxito ou fracasso escolar de cada aluno. O corpo docente, e não cada professor deverá partilhar a responsabilidade do ensino mistrado às crianças com necessidades educativas especiais.

A Educação Inclusiva melhora a qualidade de ensino para todos, atua como impulsora das mudanças das práticas educacionais nas escolas, desafiando os professores a desenvolverem novas metodologias para a participação ativa que beneficie todos os alunos.

Para que ela seja uma realidade, para além de uma mudança de mentalidades, no que se diz respeito ao acesso e ao sucesso da educação para todos, é necessário criar condições e recursos adequados a cada situação. Um dos recursos que Porter (1997p.41) preconiza é a criação de “professores de métodos e recursos, nomeados para as escolas de acordo com o número de alunos existentes (1/150 a 200) para atuar como “consultor de apoio junto com o professor da classe regular e é responsável para ajuda – lo a desenvolver estratégias que apoiem a inclusão dos alunos com necessidades especiais na classe regular”.

A escola em que vivemos e trabalhamos microcosmo social, está longe de cumprir estas prerrogativas, mas há um caminho a percorrer e um sonho, a comandar a vida (GEDEÃO,1956): a participação na construção de uma sociedade democrática, em que a justiça, o respeito pelo outro e a quidade sejam os grandes princípios de ser e de estar consigo e com os outros, o que, naturalmente, será gerador de escolas verdadeiramente inclusivas. Este posicionamento obriga a outro olhar e um outro sentir em relação à riqueza social, a diversidade humana, nas suas mais diversas formas e nos seus diferentes contextos de coabitação.

Este novo olhar, sobre a diversidade humana desencadeou um movimento na Inglaterra e nos Estados Unidos (HEGARTY, 2005) que culminou com a assinatura da declaração de Salamanca, pela qual 92 países e 25 organizadores internacionais se comprometeram a por em prática o princípio fundamental das escolas inclusivas: o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que for possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de um bom nível de educação escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (UNESCO,1994).

2321

## 2 A LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação brasileira a década vem passando por transformações, o que requer da escola e da sociedade uma nova postura que atenda as demandas da sociedade contemporânea. Falar em educação é falar em desafio e falar em educação inclusiva, o desafio se torna cada vez mais complexo e exigente. Nessa perspectiva se faz necessário a criação de Leis que assegurem a educação inclusiva de forma legal.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas Instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi – 1926, I instituto Especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE é;

em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Em 1973, é criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a deficiência e às pessoas com superdotação; ainda configuradas por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado. Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da temática da educação de alunos com deficiência e, no que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que conside as singularidades de aprendizagem desses alunos. 2322

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados, ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também, nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação das políticas Públicas da educação inclusiva. Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de ‘integração instrucional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...)

possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.

Mas será que as Leis existam?

Não adianta apenas que as Leis existam, é necessário que se conheça e as coloque em prática. Se as Leis não forem executadas a Educação Inclusiva continuará existindo somente em documentos escritos sem efeitos algum para a escola e a sociedade.

### 3 SOCIALIZAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

De acordo com o tema podemos definir que a socialização, portanto, é um processo geral que engloba toda vida humana e constitui os seres humanos como seres sócios.

As socialização tem o papel de interagir, transformar os indivíduos na sociedade com bons hábitos sócias, uma aprendizagem da vida em coletividade; em fato importante é que ela tem um sentido mais extenso nas ciências mais humanas, seja qual for a disciplina ( psicologia, sociologia, antropologia, dentre outros) não se pode ignorar as primeiras civilizações da criança no centro da família é base da educação e formação.

Diante a socialização da criança e transformação da escola, nessa evolução das concepções, é necessário observar as mudanças nos quadros teóricos das ciências humanas entre os indivíduos e os grupos, nas influencias do contexto social no qual as Instituições estão sujeitas os questionamentos e onde as convicções estão menos asseguradas. Nesse sentido, a situação da escola é totalmente significativa. Atualmente, ela não pode mais se apoiar nos valores e modos de funcionamento considerados como estáveis, os quais contavam com o consentimento de todos. Os movimentos nos Liceus e dos estudantes nos anos 1980 – 1990 ( semremontar até a constestação radical de maio de 68), mas o espaço cada vez mais ocupado pelos pais no interior do sistema escolar ( nos diferentes conselhos escolares, na escolha dos estabelecimentos para seus filhos, alguns desenvolvendo verdadeiras “estratégias”, demonstrando a queda das grandes ideologias militares. Tudo isso contribui para enfraquecer os modelos de socialização escolar.

Para Dubet (1994, p 165), se tornou quase impossível definir a escola em geral como uma Instituição de socialização. É ela verdadeiramente uma “Instituição”, no sentido forte do termo, isto é, uma organização capaz de transmitir os valores sociais sob a forma de normas de comportamento que por sua vez, formam as personalidades infantis? A escola seria mais bem definida “como uma construção relativamente instável, como um arranjo. É através dessa análise da sociologia, é valorizada a dimensão de ator – aluno, podendo dedicar – se ao trabalho escolar porque interiorizou essa obrigação, devido sua utilidade imediata ou futura ou, ainda, porque

experimenta certa realização pessoal. “Todas essas significações se encandeiam e se transformam, mas não se confundem e (...) é o indivíduo que as combina e as articula numa experiência que constitui o próprio trabalho de socialização” (DUBOTE, MARTUCELLI, 1996, p.65). Se atualmente a escola, não pode ser caracterizada por fundações ajustadas de maneira estável coerente, mas sobretudo como uma organização de fronteiras mutantes, então cabe ao ator tentar articulá – los à sua própria experiência: “menos que impor uma experiência única, a escola acentua a diversidade dos modos de socialização” (DUBOTE; MARTUCELLI, 1996, p.331).

A “boa” socialização escolar implica assim no domínio mínimo desses “ingredientes” de experiência que fazem parte do “currículo oculto”. “Para o professor, no dia-a-dia, o bom aluno não é somente aquele que tem o currículo”. É também, e pode ser sobretudo, aquele que se investe nas atividades propostas ou impostas e que respeita as regras.” (DUBOTE; MARTUCELLI, 1996, p.255). Do mesmo modo, uma pesquisa centralizada igualmente na escola primária, Regine Sirota (1988) analisou as redes de interação verbais professor – aluno, mostrando a importância, na maioria das vezes despercebida, de uma rede implícita ou paralela comunicação, na qual os alunos dos quadros médios parecem o mais à-vontade.

Berthelot (1984, p 9 – 23) define a socialização como o “conjunto dos procedimentos colocados em prática numa dada sociedade, tendo por efeito produzir seus membros como seres sociais: isso abrange tanto as formas institucionais quanto os conteúdos míticos costumeiros, normativos; os comportamentos educativos conscientes quanto as situações não intencionais visando a socialização (...) Nós preferimos reservar o termo educação para o conjunto das ações conscientes de socialização, relacionadas à sua opção para elaborar um discurso definido os fins que se atribui e não podendo, por isso, incluir as ações de socialização não internacionais” 2324

As análises de socializações familiares orientam, com efeito, em direção a questão de sua oposição ou, ao contrário, de sua concordância a socialização escolar. Esse tema fez também parte dos objetivos de pesquisa privilegiada pelas ciências humanas. Dissipemos para começar, em pré-julgamento corrente: não é correto afirmar que as famílias (ditas, “desfavorecidas”) se desinteressam geralmente pela escola e pela carreira de seus filhos. A pesquisa constatou que “seja qual for seu meio social ou seu tipo familiar, os pais se mostram particularmente preocupados com a carreira escolar de seus filhos”. (BERTHELOT, 1984, P 180).

Outras enquetes sobre populações desfavorecida (por exemplo, em favela do Brasil) puderam mostrar que os pais atribuem um valor importante à escola, ao menos para que seus



filhos possam ultrapassar a condição que é a deles por exemplo, ascendendo a um emprego estável.

A socialização “escolar”, esse tipo de abordagem considera a escola como uma “cultura”, na qual a vida cotidiana é organizada em função de valores próprios que agem sobre seus membros através de diferentes tipos de interações. Vista neste quadro a socialização escolar é objeto de observações aprofundadas que enfatiza processos que não são certamente comparáveis as aprendizagens oficiais que não revela uma simples imposição de normas e de maneiras de ser da parte dos professores (como no modelo desenvolvido Durkheim-ver adiante), mas esses processos são sobretudo engendrados nas múltiplas “negociações” e “recomposições” da ligação social, que ocorre, ao mesmo tempo entre adultos e crianças e também entre as próprias crianças.

Durkheim (1922, p.92) define a educação como “socialização”. Dentre todos os autores do final do século dezanove, é ele quem formula com maior precisão a relação entre a formação do indivíduo em sua inserção nos grupos sociais é na qualidade de sociólogo que ele afirma tratar da educação, pois ela é “coisa eminentemente social, tanto por suas origens como por suas funções”.

Durkheim (1922, p.51) desembarca na noção de socialização: “A Educação consiste em uma socialização da nova geração”. Nessas condições a Educação não é somente social pois 2325 participa de um conjunto fatos sociais solidários um dos outros, formando um sistema, mas também, é sobretudo, porque ela constitui o indivíduo, o ser social, ela o socializa.

Teve início nos anos 1970 em Portugal a integração escolar, cria e regulamenta as equipes de Educação Escolar em 1988, PA os professores de educação especial (Despacho Conjunto 36/SEAM/SERE, de 17/08) e o regime educativo especial para os alunos com necessidades educativas especiais (Decreto 319/91, de 23 de agosto). Duas medidas importantes para a definição da política educativa, nesta área.

O tema inclusão social é verdadeiramente atender aos estudantes portadores de necessidades especiais na vizinhança da sua residência, propiciara ampliação do acesso destes alunos às classes comuns, e propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico.

A escola inclusiva, a escola de qualidade para todos os alunos (AINSCOW,1991) faz se, por um lado por aqueles que se encontram em situações problemáticas e, por outro, por todos os que no momento não vivenciam essas situações.

A construção da escola inclusiva é também uma tarefa dos professores, dos pais e dos governantes, na sua qualidade de agentes geradores e gestores de condições e de recursos e ainda,



protagonizadores de mentalidades abertas á mudança e ao respeito e celebração da diversidade humana (Ainsow, 1999, Mitter, 2000).

Com a escola inclusiva, os alunos, todos os alunos, estão na escola para aprender, participando. Não é apenas a presença física, é a presença à escola a ao grupo, de tal maneira que a criança, o jovem sente que pertence à escola sente responsabilidade pelo seu aluno (Correia, 200). Compromete se a desenvolver uma pedagogia “capaz de educar todas as crianças com sucesso, incluindo os mais desfavorecidos, e os que apresentam deficiência graves” (Soriano, 1999: 11), numa perspectiva de que o ensino se deve adaptar às necessidades dos alunos, mais do que a adaptação destes às normas pré-estabelecidas: O Princípio orientador deste enquadramento de ação consiste em afirmar que as escolas se devem ajustar a todas as crianças, intelectuais, linguística ou outras. Neste conceito terá de ssse incluir crianças com deficiência ou sobre todas as crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de população remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupo desfavorecidos ou marginais” (UNESCO, 1994).

Asocialização se identifica aos resultados trazidos da vida dos indivíduos com necessidades especiais tal como: sua personalidade a ser admitido na sociedade, comportamento, atitudes, valores, crenças, normas, culturas em que o indivíduo se insere, hábitos sociais.

2326

A família, a escola os meios de comunicação social e outras instituições sociais que compõe a sociedade são os responsáveis, ou seja, são os agentes de socialização.

A família e a escola são os grupos que tem maiores repercussões neste processo de socialização, a escola não só detém o papel de transmissão de conhecimentos científicos, como também cabe a esta o desenvolvimento de capacidades cognitivas, afetivos, capacidade de relacionamento em sociedade.

A família é a base afetiva do indivíduo, responsável pela a responsabilidade de satisfazer as necessidades básicas da criança logo à nascença, para, além disto, a transmissão de cultura que envolve todas as práticas e saberes acumulados de geração em geração.

A importância da família e escola tem como pilares para a formação da identidade e personalidade dos indivíduos bem como transmissores dos pricipios éticos e morais que permeiam a sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A socialização é um processo que oferece oportunidades de conhecer mais sobre o outro e de modo especial quando se trata de indivíduos com necessidades especiais.

As idéias dos autores com suas abordagens foram significativas onde se diz que respeitar as diferenças, é o primeiro passo para construir uma sociedade social mais justa; que o termo inclusão é tudo que está incluído ou compreendido, fazer parte.

A inclusão social é responsabilidade do poder público do Estado; conforme já citado neste trabalho, as Políticas Públicas vêm se apresentando de maneira expressiva em nossa sociedade.

Devemos sempre ter esse conhecimento que a lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade digna recheada de bons frutos onde seus direitos serão adquiridos.

Conclui – se que a socialização é necessária para o crescimento social intelectual e pessoal, não só para os deficientes, mas, a todos os seres humanos. Sendo de fundamental importância a participação das famílias e escola em parceria com as salas de AEE no propósito de deter sucesso na socialização dessas pessoas na escola e sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTHELOT JM., 1994” **Exigencesociétale ET exigencecomparatiste em sociologie de/education.**”Cahiers do centro Recherches Sociologique (Universite de Toulouse-Le Mirail), Nº 2 (special: pour um bilan de La sociologia de/ áducation).

2327

CÉSAR, M. **A escola inclusiva enquanto espaço – tempo de diálogo de todos para todos.** In: David Rodrigues (org.), **Perspectivas sobre a inclusão.** Da educação à sociedade. Porto: Porto Editor. 2003.

CORREIA, L. (2001). **Educação inclusiva apropriada de?** In D-Rodrigues (org), **Educação e diferença valores e plásticas para uma educação inclusiva.** Porto: Porto Editor.

DUBETE F. E MARTUCELLI D., 1996, **A/” école. Sociologia de / expérience scolaire.** Paris: Éditionsduseuil.

DURKHENM É. 1922, **Éduation ET sociologia.** Paris:Alcan(rééditionsPressesUniversitaires de France).

GEDEÃO, A. **Movimento perpétuo [poemas].** Coimbra: Of. Atlântida, 1956. HEGARTY, S. (2006). **Inclusão e educação para todos: Parceiros necessários.** In D.

Rodrigues (Ed.), **Educação Inclusiva: Estamos a fazer progressos?** (p.66-73). Lisboa: Fórum de Estudos de Educação Inclusiva/FMH.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Ministério da Educação e Ciência de Espanha: Salamanca, Espanha, 1994.